



## Revista ADM.MADE

Revista do Mestrado em Administração e  
Desenvolvimento Empresarial - Universidade  
Estácio de Sá

**Revista ADM.MADE, ano 9, v.13, n.2, p.16-33, maio/agosto, 2009**

Revista do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial da Universidade Estácio de Sá - Rio de Janeiro (MADE/UNESA). ISSN: 1518-9929

Editora responsável: Isabel de Sá Affonso da Costa

Organizador do volume temático: Lamounier Erthal Villela (MADE/UNESA)

### **A Relação entre Tecnologia Social e o Desenvolvimento Local Participativo: a Apaeb e o Instituto Palmas como Expressão destes Vínculos \***

*Waleska James de Souza Félix<sup>1</sup>*

*Régio Hermilton Ribeiro Quirino<sup>2</sup>*

*Rebeca da Rocha Grangeiro<sup>3</sup>*

*Jeová Torres Silva Jr.<sup>4</sup>*

---

Artigo recebido em 11/08/09. Aceito em 07/10/09. Artigo submetido a avaliação *double-blind*.

\* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada e publicada nos Anais do III Enapegs - Juazeiro/BA-Petrolina/PE, maio de 2009.

<sup>1</sup> Mestre em Administração pelo Programa de Mestrado Acadêmico em Administração da Universidade Estadual do Ceará (CMAAd/UECE). Professora Assistente do Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus Cariri. Endereço: Av. Tenente Raimundo Rocha S/N - Cidade Universitária - CEP: 63000-900- Juazeiro do Norte - CE. E-mail: waleskafelix@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Ceará (PPGF/UFC). Professor da Faculdade Paraíso/CE (FAP). E-mail: regioquirino@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia (PPGPI/UFBA). Professora Assistente do Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus Cariri. E-mail: rebecagrangero@gmail.com.

<sup>4</sup> Mestre em Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA). Professor Assistente e coordenador do Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus Cariri. E-mail: jeovatorres@ufc.br.

## **A Relação entre Tecnologia Social e o Desenvolvimento Local Participativo: a Apaeb e o Instituto Palmas como Expressão destes Vínculos**

Este estudo focaliza a experiência de desenvolvimento local sob a égide de tecnologias sociais elaboradas pela Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (Apaeb), no sertão do estado da Bahia, e pelo Instituto Palmas, situado no bairro-favela do Conjunto Palmeiras, localizado na periferia de Fortaleza (CE). Articulando os conceitos de desenvolvimento local participativo e tecnologias sociais, a pesquisa, de natureza qualitativa, reflete sobre o alcance da articulação das tecnologias sociais nos processos de busca do desenvolvimento local, e sobre os vínculos existentes entre estes a partir das práticas destas duas organizações. Conclui-se que a influência das referidas organizações possibilitaram a mobilização e a participação continuada de diferentes atores locais, visando a melhoria das condições de vida e de trabalho a partir das ações articuladas em projetos de sociabilidade produtiva, onde homens e mulheres articulam-se pela luta não somente da sobrevivência, mas, sobretudo, da cidadania, da identidade, da liberdade e da felicidade.

**Palavras-chave:** tecnologia social; desenvolvimento local; sustentabilidade.

**Keywords:** social technology; local development; sustainability.

### **The Relationship between Social Technology and Participative Local Development: The Experiences of APAEB and Instituto Palmas**

This study focuses on the experience of local development under the aegis of social technologies developed by the Association of Small Farmers of the Municipality of Valente (APAEB), in the State of Bahia - Brazil, and Instituto Palmas, established in Conjunto Palmeiras, a poor district located in the outskirts of Fortaleza, Northeastern of Brazil. Articulating the concept of participative local development and social technologies, the research, qualitative in nature, investigates the extent of integration of social technologies into the processes of local development by analyzing the practices of the two organizations. The results suggest that the actions of both organizations have enabled the mobilization and continued involvement of different local actors in the search for better living conditions and work. Those conditions have been reached by means of coordinated actions in productive social projects where men and women fight not only for survival, but mainly for citizenship.

## **1. Introdução**

Num mundo em que muitas ideias, valores e dimensões humanas alcançaram uma importância exagerada, fazendo com que outras dimensões ou valores perdessem espaço, tem-se gerado um desequilíbrio de ordens pessoal e social. A exemplo disto tem-se, a partir da sociedade moderna, a ideia de desenvolvimento ligada à dimensão econômica. Na medida em que a sociedade produziu riquezas em maior quantidade, construiu-se uma ideia de desenvolvimento - no qual esteve presente o conceito de progresso - entendida somente a partir da dimensão econômica. Isto porque alcançou-se uma transformação, em termos de uma maior produção de riquezas, anteriormente desconhecida. Os conhecimentos científicos, que, ao mesmo tempo, são produto histórico e fonte da sociedade moderna, geraram os meios para acelerar todo este processo. Criou-se a lógica do progresso para o desenvolvimento, o chamado desenvolvimento econômico.

Este conceito refletiu na sociedade que o desenvolvimento econômico resolveria todos os problemas humanos, na medida em que houvesse mais riquezas, mais satisfação, mais bens, mais felicidade. E a garantia do sucesso encontrava-se na exploração da natureza, objeto de manipulação e fonte de riquezas para a humanidade, vista, naquele momento, como depósito inesgotável de matéria-prima.

Não se faz necessária uma investigação detalhada para se dar conta do paradoxo que se instaurou: por um lado, o crescimento econômico, por outro, a dramática condição social de inúmeras pessoas, além dos problemas ambientais (VECCHIATTI, 2004). Na atualidade, há uma crise que perpassa tudo o que é humano, uma crise da realização humana. O desenvolvimento econômico não satisfaz completamente o ser humano, na medida em que é orientado por um modelo que visa somente ao crescimento econômico, que não dá conta da complexidade deste ser.

Esta é a marca mais forte do século que chegou ao seu fim, e do que está no início: a humanidade conquistou avanços e progressos, no entanto observa-se crescente número de problemas de ordens social, política e ambiental, colocando em discussão a própria existência do futuro. No mundo atual, o avanço tecnológico, instalado a partir do desenvolvimento científico tão onipresente, mostra-se inevitável diante da situação histórica na qual a humanidade chegou.

Diante desta realidade, cada vez mais ganham espaço questionamentos e transformações que articulam as discussões sobre os processos de desenvolvimento, baseadas em uma perspectiva sistêmica de articulação sócio-institucional e sócio-produtiva. Trazem, como diferencial significativo, a busca de uma intervenção territorializada, local, ao gerar uma matriz de projetos e de ações continuadas a partir da mobilização de diferentes atores que atuam em torno da transformação do território, capazes de representar soluções para um desenvolvimento includente, sustentável e sustentado (BAUDOWIN; COLLIN, 2006; CASTELLS, 1999; SILVEIRA, 2006).

Nesta perspectiva, a busca pelo desenvolvimento se dá não somente em torno de fluxos de capital, de produtividade e de tecnologia, mas considera temas como a valorização das potencialidades e das identidades sócio-culturais e ambientais, forças sinérgicas, interação, participação e sociabilidade, no intuito de capturar e unir manifestações, tecnologias sociais capazes de abrir novos caminhos de desenvolvimento local (BAUDOWIN; COLLIN, 2006; CASTELLS, 1999; SANTOS; SILVEIRA, 2001; SILVEIRA, 2006).

Considerando esses tópicos, o presente trabalho descreve a experiência de desenvolvimento local sob a égide da tecnologia social (TS) vivenciada pela Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente (Apaeb), no sertão do estado da Bahia, e do Instituto Palmas, situado no bairro-favela do Conjunto Palmeiras, periferia de Fortaleza (CE). Neste relato específico, destaca-se a busca de desenvolvimento local e as implicações da TS a partir das ações destas organizações. O propósito maior é descrever as contribuições e as implicações das tecnologias sociais por meio das ações destas duas organizações para o desenvolvimento local. Que caminhos estas organizações trilharam e qual a influência de tais ações no meio em que estão inseridas?

Com a proposta de refletir sobre o alcance da articulação das tecnologias sociais nos processos de busca do desenvolvimento local e dos vínculos existentes entre estes, o campo empírico constituiu-se da história e das práticas das referidas organizações.

Assumiu-se uma abordagem qualitativa de pesquisa, com estudo do tipo descritivo, que envolveu levantamento bibliográfico e análise documental. O propósito foi o de proporcionar uma visão ampla acerca do assunto, além da imersão na realidade das duas organizações para que fossem identificadas e relatadas as contribuições e implicações das tecnologias sociais para o desenvolvimento local. A obtenção dos dados se deu em um processo de observação participante, de entrevistas e de compilação de notas no diário de campo (cf. MALINOWSKI, 1978), além da pesquisa bibliográfica, em diferentes momentos da história das organizações sob análise.

O artigo apresenta, em sua estrutura, uma primeira discussão articulando ideias sobre o desenvolvimento local participativo (DLP) e as tecnologias sociais (TS), fazendo-se uma reflexão, num segundo momento, sobre a relação destes dois conceitos. Baseado nos procedimentos metodológicos anteriormente citados, e buscando ressonâncias na literatura articulada nas duas primeiras partes que se seguem, apresenta-se a análise histórica e as implicações das tecnologias sociais para o desenvolvimento local através da ação das organizações sob análise. Na última seção são apresentadas algumas ideias conclusivas do trabalho.

## **2. Construindo as Ideias sobre Desenvolvimento Local Participativo e Tecnologias Sociais: do Reduccionismo à Valorização da Existência Humana**

A discussão sobre o desenvolvimento privilegiou historicamente a dimensão econômica, que, por sua vez, não o compreendia distintamente do conceito de crescimento econômico. Destarte, o foco das preocupações se concentrava, fundamentalmente, na compreensão dos fatores que aumentavam a riqueza das nações, como a produtividade do trabalho. Essa direção se evidencia no uso de indicadores como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ou, ainda, a expansão da renda por habitante, para medir o desenvolvimento (AMARAL FILHO, 2001; FILIPPIM; ROSSETO, 2006).

Na perspectiva do *mainstream* da Economia, a preocupação com o desenvolvimento surgiu a partir da Segunda Guerra, no bojo da reconstrução dos países por ela destruídos. Propostas forjadas com vistas à recuperação da Europa no pós-guerra padeciam de economicismo, com superestimação do papel do crescimento econômico no processo de desenvolvimento e compartilhamento da fé nas virtudes do mimetismo. Isto ocorria em função de os países periféricos serem aconselhados a trilhar trajetórias percorridas pelos países já industrializados para alcançarem o desenvolvimento (AMARAL FILHO, 2001; FILIPPIM; ROSSETO, 2006; SACHS, 2005).

Sobre os resultados da aplicação do receituário proposto, Sachs (2005) registra seu relativo fracasso e o insucesso dos principais paradigmas de crescimento econômico e de desenvolvimento a eles vinculados. Uma das conclusões óbvias extraídas desse quadro foi a de que o crescimento econômico por si só não traz automaticamente o desenvolvimento (VECCHIATTI, 2004), embora continue sendo uma condição necessária para o desenvolvimento. Isto porque é muito difícil redistribuir bens e renda em uma economia estagnada, mas devem-se repensar os tipos de crescimento, já que estes podem ser tanto selvagem (com custos sociais e impactos ambientais), quanto benigno – neste último caso, sendo simultaneamente sensível à dimensão social (includente), ambientalmente prudente (sustentável) e economicamente viável (sustentado) (SACHS, 2005). O

desenvolvimento pensado além, portanto, está diretamente relacionado com a melhoria da vida que levamos e das liberdades de que desfrutamos, e, neste sentido, complementado com vários outros elementos e dimensões, além do econômico (SEN, 2000).

A humanidade, nas últimas décadas, repensou o sentido do conhecimento científico, dos instrumentos, das técnicas e das tecnologias, entre outras coisas, no intuito de continuar interagindo no processo de desenvolvimento. Neste sentido, a ideia de desenvolvimento foi modificada.

A mudança não foi só do conceito, mas também da sociedade. Em função dos resultados frustrantes das políticas de desenvolvimento antes mencionadas, principalmente em termos de equidade e de capacidade de autossustentação das experiências verificadas (SACHS, 2005), hoje o conceito de desenvolvimento humano é a grande mudança na análise. Esta crítica do sentido formulou novos conceitos, novas ideias e inovações, inclusive uma nova forma de olhar para o desenvolvimento. Este tipo de conceito visa claramente a um conjunto de interação do homem com mundo e dos homens entre si, na construção digna da vida humana. Não é simplesmente a mudança pela mudança, mas uma alteração na natureza das relações, alterações estas que têm caráter humanizador, visando a melhorar as condições do ser humano em todas as suas dimensões. É nesta perspectiva que a ideia de desenvolvimento passa a ser tratada, enquanto processual, múltipla, complexa e endógena.

Na concepção de Sachs (2005), a saída do foco do PIB, índice que apresenta a produção material de um país, pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que contempla as dimensões sociais, culturais e políticas, configura-se como um movimento da sociedade em busca da melhoria da qualidade de vida e pela diminuição da exclusão social. Sachs (2005) considera, ainda, tratar-se de uma saída da análise quantitativa para uma avaliação qualitativa do processo de desenvolvimento.

No passado, houve um modelo de desenvolvimento que orientou as relações sociais e as ideias da sociedade. Hoje há outra proposta, que cria conhecimento, instrumentos, técnicas e tecnologias que colaboram com uma nova forma de pensar. Os discursos em torno do desenvolvimento local surgem com base na necessidade de construir-se historicamente o território (o "local") do desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento passa a ser visto como um projeto endógeno por oposição ao mimético, como um projeto harmônico com a natureza, e, ainda, como um processo de invenção do futuro (SACHS, 2005). Portanto, o desenvolvimento considerado como resultado da construção de alternativas a partir dos recursos e dos atores mobilizados no contexto local (MILANI; CUNHA, 2005).

Nesta situação, não há uma negação da tecnologia, mas sua inovação. As metas tão desejadas pela humanidade de uma vida melhor agora procuram outros meios para se realizarem, meios que garantam realmente uma vida melhor. Há tecnologias atuais que contribuem para o projeto de desenvolvimento que construa uma existência digna para a humanidade. Para Sen (2000), o caminho mais curto para se vencer este desafio centra-se na concepção de que há necessidade de recuperação e de mobilização das competências coletivas dos protagonistas locais. Neste sentido, considera-se que as ações e as decisões em busca de melhores condições de vida perpassam o processo de geração, de acesso, de fluxo, de disseminação e de uso da informação, das tecnologias e do conhecimento, assim

como as relações entre conhecimentos codificados e conhecimentos tácitos e contextuais (ALBAGLI, 1999).

A construção do conceito de TS se propõe nesta perspectiva qual “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2007). Tomando por base a definição, neste processo são articuladas as interações das múltiplas dimensões humanas. E, portanto, tais tecnologias - que nascem, que respiram e que se desenvolvem em um ambiente de inovação, de sociabilidade, de cidadania, de democracia e de mobilização - são capazes de transformar realidades, capitaneando as potencialidades locais e promovendo um DLP humano e social mediante iniciativas articuladas. (RIZOTTI; NISHIMURA, 2006).

## **2. Tecnologia Social e Desenvolvimento Local Participativo: Vinculações**

O processo cultural é um jogo, em que são apreendidos regras, conceitos e princípios da sociedade através da dimensão intermental (ser humano-mundo) e interacional (coletividade). O jogo é uma totalidade, engloba o ser humano nas suas dimensões - espiritual, social, econômica - configurando-se, assim, como base para a formação humana (HUIZINGA, 2001).

A situação do jogo é lembrada aqui pela sua dinâmica. Ele é totalmente envolvente, pois aqueles que dele participam permanecem ligados por esta dinâmica. Ao ser iniciado, o jogo passa a ser um todo que envolve jogadores e jogadas, que entram numa relação de reciprocidade, haja vista a natureza do jogar: o destaque não são os jogadores, mas o jogo na sua complexidade. Contudo, nesta idéia de jogo, assim como na proposta do desenvolvimento humano, não há uma disputa, uma competição para saber quem é melhor ou quem deve ser premiado. O que se quer apresentar é o caráter cooperativo e interativo (HUIZINGA, 2001).

Assim deve ocorrer no jogo entre TS e DLP. Deve-se ressaltar que a democratização de tecnologias e o desenvolvimento local são elementos que fazem, necessariamente, parte de uma mesma história e, portanto, devem ser vistos como complementares. Há uma relação direta e íntima entre a promoção do desenvolvimento e a apropriação da tecnologia, de modo a beneficiar uma gama maior da população.

Colocam-se, portanto, alguns pontos que orientam a TS: compromisso com a transformação social; criação de um espaço de descoberta de demandas e de necessidades sociais; sustentabilidades socioambiental e econômica e processos participativos de planejamento, de acompanhamento e de avaliação. Em termos de pontos que orientam o DLP podem-se citar mobilização e motivação, sustentabilidade, integração e participação. Assim, podemos ver que há um jogo TS e DLP, não por falta de competência dos formuladores destes dois conceitos, mas pela situação relacional, de extrema interação, de jogo (ITS, 2007).

Vale lembrar que, se há interação entre TS e DLP, não cabe também uma situação de submissão ou de hierarquia. No momento que uma comunidade se articula em seu espaço para aumentar a economia local, para gerar mais trabalho e renda, para buscar a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores e para apropriar-se de tecnologias, ela

se encontra em um processo de desenvolvimento humano para os homens e as mulheres envolvidos e realizando TS.

Do mesmo modo, as pessoas envolvidas estão realizando TS e desenvolvimento que contemple sua humanidade quando se trata de projeto que: 1) parte da escuta das demandas sociais de uma comunidade para sua transformação social; 2) compreende as sustentabilidades socioambiental e econômica; e 3) apropria-se de tecnologias que contribuam para a eficácia social desse projeto. Desta forma, há uma conjunção entre TS e DLP, não somente por uma questão administrativa ou geográfica, mas conceitual.

A TS e o DLP se vinculam na medida em que não ocorrem em tempo e espaço puramente teóricos e abstratos e quando o desenvolvimento humano não é uma abstração – ou seja, um mero índice de grupos de cientistas sociais – mas quando tempo e espaço são concretos, históricos e complexos. O tempo é a própria história e o espaço o próprio mundo, mais especificamente nos territórios e nas comunidades onde homens e mulheres, seres históricos, articulam-se na sociedade pela luta não somente da sobrevivência, mas, sobretudo da cidadania, da identidade, da liberdade e da felicidade.

### **3. Apaeb e Instituto Palmas: História e Expressões de Desenvolvimento Local**

#### **3.1. A Apaeb e sua história**

“O sertão tem tudo do que se precisa; se faltar, a gente inventa” (APAEB, 2002, p.111). É com este lema que começa a história da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente - Apaeb, em 1980. A Apaeb, cuja sede fica em Valente (BA), a 240 km de Salvador (BA), tem atuação em área de 16 municípios dos 33 que compõem a Região do Sisal, no sertão do estado da Bahia. Esta é uma região extremamente pobre, com deficiências de recursos naturais e reduzida assistência dispensada do poder público. Além disso, na região de atuação da Apaeb existe forte concentração de terras na mão de poucos latifundiários (3% das propriedades ocupam 42,3% da área).

Segundo Apaeb (2000), 65% da população dos municípios da área de abrangência da Apaeb – aproximadamente 500 mil habitantes – encontrava-se em situação de indigência, conforme indicava o *Mapa da Fome* (PELIANO, 1993). As causas primordiais deste estado de mendicância seriam, por um lado, a terra altamente concentrada e, por outro, o abandono pela falta de políticas públicas capazes de assegurar, aos pequenos produtores rurais, os meios necessários para aumentar a sua produção.

Acreditando que essa realidade poderia ser modificada a partir da realização de ações voltadas para o desenvolvimento regional sustentado que elevassem a renda das famílias da região, a Apaeb firmou trabalho nos anos de 1990 cujos resultados apareceram ainda em meados daquela década. Essas atividades deram origem a processo de mudança social que tem elevado a renda e a qualidade de vida da população do município de Valente e de sua região de influência, trazendo novas perspectivas e ânimo para o semi-árido baiano.

Em Valente, é em torno da Apaeb que orbita a economia da cidade, cuja principal atividade e setor que mais ocupa mão de obra, assim como nos municípios vizinhos, é a extração da fibra do sisal<sup>i</sup>. A Apaeb foi fundada em 1980, quando o preço desta fibra

alcançou os seus níveis mais baixos em função da introdução de fios sintéticos, que dominaram o mercado. À medida que crescia, a Apaeb foi se tornando grande consumidora da fibra, a ponto de forçar-lhe aumento do preço, de tirar milhares de agricultores da miséria, e de revigorar a cultura desta planta, que já estava abandonada. Um fator fundamental neste processo foi a inauguração de fábrica de tapetes e de carpetes feitos com a fibra, em 1996.

De acordo com Apaeb (2002, p. 112), seu propósito inicial era “[...] interferir no processo de comercialização da produção dos pequenos produtores rurais, com o fim de eliminar a rede de intermediários e assegurar maior valorização da produção”. Daí a razão de os primeiros projetos implantados terem sido um “Posto de Vendas”, espécie de minimercado. Ali eram comercializados os produtos agropecuários dos agricultores e gêneros industrializados ou oriundos de outras regiões, indispensáveis à vida no campo, além de ter contado com a implantação da “Batedeira Comunitária de Sisal”, onde se beneficiava a fibra e se negociava com as grandes empresas.

O antigo Posto de Vendas - agora transformado em supermercado de porte médio - tem funcionado também como importante instrumento regulador de preços no mercado local, evitando majorações injustificáveis. Já com a implantação da Batedeira Comunitária a Apaeb passou a participar do setor de beneficiamento da fibra para comercialização posterior. Este processo de transformação e de comércio da fibra de sisal na região era controlado por alguns poucos comerciantes/latifundiários até os primeiros anos da década de 1980. Com a Batedeira, a Apaeb passou a adquirir a fibra diretamente dos produtores, possibilitou a elevação do seu preço em mais de 100%, e gerou mais de 150 empregos diretos, além de beneficiar outras mil famílias que trabalham na venda do produto. Por sua vez, a fábrica de tapetes e carpetes gerou inicialmente 200 empregos diretos e agregou mais valor à fibra.

A história da Apaeb evidencia a dificuldade para integrar o idealismo que se propõe a mudar a realidade social com os imperativos da realidade econômica. Muitas dúvidas surgiram junto com o entendimento das lideranças de que era preciso ousar ir além do empreendimento de fundo meramente econômico. A questão central era saber como realizar a missão de “[...] promover o desenvolvimento social e econômico sustentável e solidário, visando à melhoria da qualidade de vida da população da região sisaleira”, expressa nos estatutos sociais (APAEB, 2002, p.118).

No final do ano de 2000 a Apaeb assumiu oficialmente, como sua missão, expandir-se rumo a muitas outras atividades, em busca da melhoria da qualidade de vida da população regional. Naquele ano, a Apaeb gerava 904 empregos diretos em suas várias unidades produtivas, com gastos salariais anuais na faixa de R\$ 3,8 milhões. Além disso, a associação tornou-se uma compradora de peso, imprimindo grande dinamismo à economia regional, por meio dos gastos que realizava com a aquisição de bens e serviços.

### **3.2. As implicações da tecnologia social através da ação da Apaeb para o desenvolvimento local**

O trabalho desenvolvido pela Apaeb vem demonstrando, na prática, ser possível promover a agropecuária e o desenvolvimento sustentado regional no semi-árido, com a adoção de tecnologias sociais simples e adaptadas à região, de assistência técnica adequada e de crédito facilitado, contrariamente ao que preconizam muitos estudos

técnicos para justificar a omissão governamental. Embora os problemas da região semi-árida sejam de natureza histórico-estruturais, requerendo medidas continuadas de longa duração para serem solucionados, e apesar do pouco espaço de tempo de interferência da Apaeb, alguns resultados já demonstram a viabilidade da sua atuação (APAEB, 2002).

A Apaeb adotou, como premissa estrutural de sua atuação, o fato de que, para ser economicamente viável, a pequena propriedade deveria ser pensada em seu conjunto, aproveitando todos os recursos disponíveis de forma complementar, fazendo uso dos capitais econômico e social existentes, e preservando o meio ambiente, numa região marcada pela escassez de água e pela pobreza.

Para alcançar o objetivo de promover a integração e o pleno desenvolvimento de potencialidades locais, era preciso realizar a assistência técnica de forma diferenciada e bem mais abrangente do que meramente repassando informações ao agricultor. A Apaeb instituiu programa baseado na figura do “agente de convivência com o semi-árido” (APAEB, 2002): produtores rurais, que têm a responsabilidade de manter suas propriedades como modelo e de orientar 10 produtores vizinhos.

O mesmo ideal de ver a comunidade se desenvolver de forma autônoma é aplicado desde 2001 nos chamados Projetos de Desenvolvimento Comunitário, que se executam em três localidades rurais: uma em Valente, e as outras duas nos municípios baianos vizinhos de São Domingos e de Santaluz. Cada uma destas localidades é acompanhada por um técnico do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da Apaeb. Este se dedica a orientar e a organizar a comunidade na solicitação de investimentos públicos e na formulação de projetos econômicos de desenvolvimento. A comunidade de Cabochard, localizada em Valente, ilustra bem o potencial desta iniciativa. Os jovens locais que não tinham perspectiva de trabalho no meio rural se articularam em torno de um projeto de geração de renda, e estão fabricando e revendendo, na comunidade e no Posto de Vendas, sabonetes e temperos feitos com os insumos que produzem.

A Apaeb busca, ainda, apontar caminhos por meio de iniciativas próprias na área da pesquisa e da tecnologia. Espécies vegetais são trazidas para estudo, técnicas de manejo são adotadas e ferramentas novas são criadas, objetivando o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos. Como não poderia deixar de ser, alguns dos principais objetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico estão diretamente ligados à cultura do sisal. Assim, por exemplo, como o processo anterior de desfibramento do sisal era de alto risco para os trabalhadores - estima-se que existam cerca de 2 mil mutilados que perderam dedos, mãos ou braços neste trabalho - a Apaeb buscou recursos junto a instituições oficiais para desenvolver equipamento que reduzisse o risco desta operação.

A multiplicidade de ações descritas mostra que a Apaeb foi muito além da proposta inicial de unir forças através do associativismo rural, passando a ser um agente de desenvolvimento local. Sua ação empreendedora se completa por meio de um trabalho de mobilização destinado a cobrar mudanças nas políticas públicas em toda a extensão da vida comunitária, tanto no campo quanto na cidade.

Concluindo, são evidentes as implicações da TS nas ações da Apaeb. Ela conseguiu que muitos dos pequenos produtores rurais vissem a região semi-árida de outra perspectiva, percebendo o potencial econômico que pode ser explorado, e que já

administrem sua unidade produtiva dentro de uma racionalidade empresarial; gerou a valorização do artesanato regional, com a qualificação das artesãs e a abertura de mercado para os produtos; provocou a redução dos índices de migração na região, o que já ofereceu às famílias rurais perspectivas de vida digna no local; proporcionou melhores condições sociais para centenas de famílias de pequenos produtores rurais, com ações de elevação da renda; fomentou a formação da mentalidade de que a comunidade local deve acreditar nas reais possibilidades de desenvolvimento da agropecuária na região semi-árida; agregou valor aos produtos dos pequenos agricultores; incentivou a participação, a organização e a formação de uma consciência cidadã, que permite, aos indivíduos, passarem a ver o poder público não mais como agente do empreendimento de ações ocasionais e assistencialistas, mas como um instrumento potencial de desenvolvimento sustentado; e, por fim, iniciou modelo de desenvolvimento sustentado para a região semi-árida capaz de gerar melhorias econômicas e sociais com sustentabilidade.

### 3.3. Instituto Palmas e sua história

O Conjunto Palmeiras é um bairro-favela com 30 mil habitantes, situado na periferia de Fortaleza (CE). A história deste bairro-favela começou em 1973, quando chegaram os primeiros habitantes vindos de despejos realizados, principalmente, na região litorânea da cidade. Isto ocorreu devido à execução do plano metropolitano de urbanização, que culminou com a abertura de novas ruas e avenidas, e com a conseqüente especulação imobiliária. Esta população indigente foi colocada em área pantanosa, coberta por lama e por vegetação densa, condições extremamente inadequadas para a convivência humana. As primeiras formas de mobilização da comunidade remontam ao final da década de 1970, período do qual datam: 1) a construção da Casa de Parto, iniciativa de representantes de algumas quadras da favela, constituída como uma espécie de embrião da associação de moradores; 2) a criação do Centro Social; e 3) a fundação de uma escola para os estudos de ensino fundamental.

A fundação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp) ocorreu em 1981, quando começou o processo de organização das famílias. O resultado da articulação e da pressão popular exercida pela Asmoconp junto ao poder público e a organismos de cooperação nacional e internacional é percebido ao se observar que hoje o Palmeiras dispõe de redes de água, de esgotamento sanitário, de telefonia e de energia elétrica, de canal de drenagem, assim como está organizado por quadras e possui acesso a outros serviços públicos, tais como transporte, escola de ensino médio e postos de saúde. Os créditos destas conquistas devem-se à capacidade de articulação da Asmoconp e de seus líderes.

Nesta perspectiva, a Asmoconp surgiu para organizar e para mobilizar a população do Palmeiras em busca da melhoria das suas condições de vida mais gerais. De 1980 até 1988, a associação viveu intensos momentos de participação na mobilização popular por moradia e por terra, inclusive sendo uma das organizações fundadoras da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF). Várias são as ocasiões que resumem a participação política associativista da Asmoconp presente ao longo dos anos. Um destes momentos relevantes que devem ser elencados ocorreu em 1991: a Asmoconp, em parceria com 26 organizações do Conjunto Palmeiras (Sociedade Beneficente, Igreja, Centro Cultural e Comunitário, entre outras) realizou o seminário "Habitando o Inabitável". Sua finalidade era a de discutir e de elaborar o chamado *Plano Estratégico*

*Decenal* para urbanizar o bairro até o ano 2000. Ao final do evento, foi fundada a União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeiras – Uagoconp.

Até 1997, em que pesassem os avanços na infraestrutura local do bairro, as condições mais gerais de vida continuavam, amplamente, influenciadas por conjuntura política e econômica superior. Um dado alarmante – contudo até óbvio devido ao quadro socioeconômico do Conjunto Palmeiras – proveniente de uma pesquisa realizada pela Asmoconp naquele ano, apontara que não moravam mais lá em torno de 20% das famílias que participaram das campanhas de mobilização e de pressão para a construção do bairro durante mais de duas décadas. O motivo principal fora a dificuldade econômica de arcar com os custos da melhoria urbana. No caso da água canalizada, isto implicara pagamento da conta mensal de consumo do serviço; no caso do asfaltamento das ruas, implicara acréscimos no imposto predial, que também deveriam ser quitados.

A mesma pesquisa constatou que: 1) em 90% das residências, a renda familiar estava abaixo de dois salários mínimos; 2) 80% da população economicamente ativa estava desempregada; e 3) os pequenos produtores não tinham como empreender devido à falta de acesso ao crédito e às dificuldades na comercialização de seus produtos. Durante aquele ano, a Asmoconp realizou inúmeras reuniões e seminários com os seus habitantes – entre eles o “*Habitando o Inabitável II*” – para discutir a condição de pobreza econômica local e suas alternativas de enfrentamento. Mais uma vez, a comunidade se mobilizou na busca de soluções para as suas dificuldades.

Nesta perspectiva de luta por alternativas de geração de ocupação e de renda, a Asmoconp criou o Banco Palmas, em janeiro de 1998, e implantou uma rede de solidariedade socioeconômica entre produtores e consumidores locais. Embora o termo economia solidária fosse nessa época desconhecido de todos<sup>ii</sup>, a ideia era um projeto de geração de trabalho e de renda que estimularia a produção local através de uma linha de financiamento - microcrédito - e outra linha que estimulasse o consumo local através de um cartão de crédito próprio (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

A proposta inicial era entender como é que se manteria uma experiência de crédito para os produtores do Conjunto Palmeiras. A partir deste ponto, se discutiu com os comerciantes do bairro e com os sócios, de onde apareceu a sugestão de se financiar também o consumo como forma de dinamizar a economia local. Para além de uma linha de crédito para se incentivar só a produção, surgiu, então, a ideia de um cartão de crédito para estimular também o consumo. Portanto, a semente que gerou todo o Sistema de Microcrédito e Gestão da Economia Solidária, ancorado pelo Banco Palmas e comandado pela Asmoconp, foi a criação de um cartão de crédito com circulação local, cujo objetivo era incitar as pessoas a consumirem no Conjunto Palmeiras: o PalmaCard, cartão de crédito do Banco Palmas.

O objetivo do Banco Palmas seria, então, garantir microcréditos para a produção e para o consumo local, a juros muito baixos, sem exigência de consultas cadastrais, de comprovação de renda ou de fiador. Segundo Silva Júnior e França Filho (2005), na perspectiva edificada pelo Banco Palmas para o acesso ao microcrédito, mais do que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida do tomador do empréstimo na comunidade. O agente de crédito consulta, assim, a rede de relações da pessoa como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original, ao envolver vizinhos numa

espécie de aval solidário. São os próprios moradores que passam a ter a função de estabelecer mecanismo de pressão moral junto aos demais vizinhos.

A efetivação deste projeto transformara a atuação da Asmoconp, uma vez que, depois de 25 anos de existência do Conjunto Palmeiras, os moradores estavam acostumados a gerir as lutas sociais ou os projetos coletivos de construção na forma de mutirão. Em outras palavras, na luta pela melhoria urbana, todos participavam e todos sabiam o que fazer – na manifestação, na passeata, na assembléia. No entanto, gerir um projeto de concessão de crédito, em um formato de banco, era muito diferente daquilo com que eles haviam lidado até então. Parte das pessoas que estiveram nas mobilizações não percebeu que a gestão do viés econômico evidenciava a chegada de uma dimensão de ação diferente – uma perspectiva mais burocrática e mercantil – da que era conduzida pela Asmoconp até então – uma dimensão de ação mais solidária.

Depois de 17 anos agindo como amplificadora das lutas para minimizar as carências sociais da população do Conjunto Palmeiras, tendo como ferramenta o capital social e como estratégia a pressão, a Asmoconp passou a agir, principalmente, na intervenção e na aplicação de projetos sócio-produtivos de combate às desigualdades econômicas locais. Porém, para isso, teve de lidar com muitas situações difíceis, principalmente a de preparar a mentalidade dos seus líderes para esta nova perspectiva de atuação (SILVA JÚNIOR; FRANÇA FILHO, 2005).

O Banco Palmas tornou-se, portanto, uma experiência comunitária de finanças solidária que fomenta a geração de trabalho e de renda, através da utilização de diversos instrumentos de viabilização de microcrédito aos produtores e aos consumidores do bairro do Conjunto Palmeiras, em Fortaleza (CE) (SILVA JÚNIOR, 2004). O projeto, surgido em 1998 como ação da Asmoconp, tem, nos últimos nove anos, criado e aprimorado uma série de ferramentas para gerar e ampliar a renda na comunidade - tais como crédito para produção e consumo com garantias baseadas nas relações de proximidade, cartão de crédito local, crédito para agricultura urbana, clubes de trocas solidárias, moeda social de circulação local - geridos pela própria Asmoconp.

A experiência do Banco Palmas fê-lo atribuir-se o nome de Banco Comunitário. Isto porque possui características que lhe impedem o enquadramento na tipologia tradicional e oficial de organizações que atuam com microcrédito (Sociedade de Crédito ao Microempresário - SCM, Cooperativa de Crédito, Banco do Povo) ou com finanças solidárias (Fundos Comunitários, Fundos Rotativos Solidários, entre outras):

- i) A coordenação do banco e a gestão dos recursos são efetuados por uma organização comunitária;
- ii) As linhas de microcrédito para a produção e para o consumo local ocorrem a juros justos, que possibilitam a geração de renda e de oportunidades de trabalho em toda a comunidade;
- iii) A concessão e a cobrança dos empréstimos são baseadas nas relações de vizinhança e de domesticidade, impondo controle muito mais social que econômico; e
- iv) Instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – são disponibilizados, sendo reconhecidos por produtores, por comerciantes e por consumidores como eficazes para a

dinamização da economia local (REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS, 2006a).

Tendo como base o Instituto de Tecnologia Social - ITS, que afirma serem TS o “conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS, 2007, p. 9), pode-se considerar que os bancos comunitários se enquadram como uma TS.

#### **3.4. As implicações da tecnologia social através da ação do Instituto Palmas para o desenvolvimento local**

Com este modelo de TS, o Banco Palmas vinha obtendo o reconhecimento, por parte de diversas organizações governamentais, não-governamentais e multilaterais, de que tem conseguido ampliar as oportunidades de geração de renda e reduzir a exclusão local com uma metodologia completamente original, coerente, exequível e replicável. Diante disso, o Banco Palmas tem buscado reproduzir esta tecnologia em parceria com diversas instituições no Brasil. Isso ocorreu, principalmente, a partir de 2003 com a fundação do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, sendo o Instituto Palmas instituição com sede em Fortaleza (CE) cuja função é difundir as metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas pelo Banco Palmas no Brasil e no exterior.

O Instituto Palmas desde então tem realizado estudos e pesquisas sobre tecnologias sociais e sobre estratégias de combate à pobreza em territórios de baixa renda, além de apoiar projetos de inclusão social em municípios e em bairros populares de todo o País. No ano de 2005, a ideia de implantação de bancos comunitários começou a se consolidar, e vários parceiros procuraram o Instituto Banco Palmas com o intuito de constituir experiência deste tipo em várias comunidades de algumas cidades do Brasil: Campo Grande (MS), Vila Velha (ES), Vitória (ES), Simões Filho (BA), Salvador (BA), Paracuru (CE), Palmácia (CE), Santana do Acaraú (CE), Iraucuba (CE), Maranguape (CE), Maracanaú (CE), Beberibe (CE), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB) e Alcântara (MA).

Todas as tecnologias sociais desenvolvidas em caráter de difusão pelo Instituto Banco Palmas têm três princípios comuns na sua origem: 1. Princípio da Sistematização Metodológica, que possibilite a replicação da tecnologia por meio desta sistematização; 2. Princípio da Política Pública, que possa se tornar assumida pelos governos na sua totalidade ou em parte da metodologia; 3. Princípio do Empoderamento Comunitário, implicando tecnologias de fácil implantação e de rápido domínio pela comunidade.

Pode-se, portanto, inferir que a metodologia de bancos comunitários surgiu também com estes três princípios básicos, sendo que havia algumas necessidades no caso de cada um deles: necessidade de mais discussão e de mais prática no caso do Princípio da Sistematização Metodológica; de negociação e de vontade política no caso do Princípio da Política Pública; e, quanto ao terceiro princípio, o banco comunitário corresponde a TS que, no período de seis meses até um ano, pode ser totalmente assumida pela comunidade local sem a necessidade de assessoramento contínuo posterior.

Com esta iniciativa, o Instituto Banco Palmas busca reforçar a tecnologia social e viabilizar a atuação dos bancos comunitários através de políticas públicas - este último

feito, contando com a contribuição dos parceiros na implementação, fundamentalmente organismos governamentais. Dando continuidade a este esforço, em 2005 o Instituto Banco Palmas articulou projeto com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE) para a consolidação dos bancos comunitários e para torná-lo TS que servisse como referência de política nacional de incentivo ao crédito para a produção e consumo locais. Com este parceiro foi possível que os custos operacionais e de capacitação de agentes e de gerentes de crédito fossem assumidos pela Senaes/MTE, e que novas parcerias fossem viabilizadas.

Além disso, em julho de 2005, o Instituto Banco Palmas firmou contrato com o Banco Popular do Brasil para garantir o fundo de crédito do Banco Palmas, e para que este pudesse conceder microcréditos através de uma nova linha de crédito utilizando a estrutura operacional do Banco Popular do Brasil. Assim se alcançou a solução para a falta de fundos que alimentem as linhas de crédito do banco comunitário. Ademais - e mais importante - o recurso concedido pelo Banco Popular do Brasil ao Banco Palmas representa a utilização de dinheiro público para viabilizar projetos econômicos locais. No momento em que contratos como este passem a ser executados com os demais bancos comunitários, estará caracterizado enorme passo na consolidação da metodologia de bancos comunitários como política pública.

Em que se pese esta metodologia estar bem delimitada, o Instituto Banco Palmas tem procurado torná-la mais sólida e dar-lhe caráter científico. Destarte, em janeiro de 2006 foi realizado, em Fortaleza (CE), encontro para sistematização da metodologia de bancos comunitários, para apresentação dos resultados e para levantamento de expectativas para a continuidade do Projeto de Apoio à Organização de Bancos Comunitários. A primeira fase do projeto foi encerrada em abril de 2006, com avaliação que considera os objetivos específicos do projeto e os resultados alcançados nas etapas anteriores para verificar-lhe o êxito.

De acordo com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2006a), na gestão do banco comunitário são considerados alguns indicadores que são indispensáveis para se chegar a um entendimento de o que é satisfatório no desenvolvimento territorial da comunidade onde se instalou o banco: i) a comunidade deve ter fortalecido seus processos de organização e de representação social como reforço às organizações da sociedade civil existentes e recém-constituídas; ii) processos de capacitação das lideranças locais devem ser executados para torná-las capazes de conduzir programas e projetos que promovam a geração de trabalho e renda; iii) a comunidade local deve ser sensibilizada para a necessidade de preservação do meio ambiente, criando condições concretas para que os seres humanos possam viver em harmonia com a natureza e com todos seus ecossistemas; e iv) sistemas locais de produção e consumo devem ser implantados - dentro dos princípios da economia solidária, do comércio justo, da produção sustentável e das finanças solidárias - para que o desenvolvimento local, integral e sustentável esteja alicerçado na distribuição de renda e das riquezas.

O ultimo passo dado para a solidificação dos processos de gestão social desses bancos comunitários foi a consolidação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários em abril de 2007, quando foi realizado o II Encontro dos Bancos Comunitários. A rede contribui para troca de experiências e de saberes, e para articular recursos e parcerias para que todos os bancos comunitários possam crescer de modo conjunto (REDE, 2006b). Nesta caracterização de o que são bancos comunitários, importa lembrar que se trata de um

projeto de apoio às economias populares de territórios com baixo desenvolvimento socioeconômico, tendo por base os princípios da Economia Solidária e oferecendo quatro serviços à população excluída do sistema financeiro: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais, e capacitação em Economia Solidária. Assume-se, então, destacado papel de promotor do desenvolvimento territorial, do empoderamento e da organização comunitária, ao simultaneamente articularem-se produção, comercialização, financiamento e capacitação das comunidades do território.

A exemplo deste papel pode-se considerar a cidade de Fortaleza (CE), onde 76% da população nem sequer possui conta bancária (INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO, 2006), ou, ainda - o que é confirmado pelo cadastramento nacional dos empreendimentos da Economia Solidária - que o acesso ao crédito é um dos dois maiores problemas apontados pelos trabalhadores desse setor (BRASIL, 2006).

Conseqüentemente, o banco comunitário é uma TS solidária de finanças que pode contribuir na minimização destas dificuldades. Isto porque se constitui em serviço comunitário que incentiva as ações do desenvolvimento socioeconômico comunitário nos territórios onde está implantado, financiando produtores, comerciantes e consumidores, e ampliando a capacidade da comunidade para a incorporação dos valores e dos princípios da Economia Solidária. No desenvolvimento de suas ações, os bancos comunitários relacionam-se diretamente com as políticas públicas de assistência e de distribuição de renda dos governos federal, estadual e municipal, sendo, por isso, importante a participação do município no apoio das atividades do banco.

Finalmente, percebem-se claramente as implicações da TS nas ações do Instituto Banco Palmas, principalmente, no tocante à experiência dos bancos comunitários. Este provoca transformação social, atua na descoberta de demandas e de necessidades sociais, resulta em inovação, e implica organização, sistematização, apropriação, participação e decisão da própria comunidade assistida pela tecnologia.

#### **4. Considerações Finais**

O filósofo Pe. Manfredo de Oliveira considera que, cada vez mais, a vida humana submete-se, em toda as suas dimensionalidades - seja a organização do trabalho, da economia, do sistema de educação, das redes de comunicação ou a organização do próprio Estado - a condicionamentos da razão tecnológica (OLIVEIRA, 1993). Por conta desta razão tecnológica, há uma diretriz que torna as relações sociais automatizadas e instrumentalizadas. Este tipo de desenvolvimento baseado somente na razão tecnológica, no economicismo, não promove a vida humana, mas se mostra totalmente submetido à produção material, que é carente de sentido humano e fechada em si mesma.

O desenvolvimento local participativo e as tecnologias sociais são possibilidades concretas de contraposição aos grandes esquemas da globalização, esquemas que, ao longo da história, beneficiaram pequenos grupos em detrimento de uma grande massa de excluídos socialmente. É o momento de crítica das estruturas do presente, em locais situados, com identidade singular e com relações específicas, sem perder contato e interação com realidades mais abrangentes, entendendo as relações processuais e não fragmentadas; complexas, e não simples.

O propósito do presente trabalho consistiu, pois, em refletir sobre o alcance da articulação das tecnologias sociais nos processos de busca do desenvolvimento local participativo, a partir do relato da história e das práticas de duas organizações: a Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente - Apaeb, localizada no sertão do estado da Bahia, e do Instituto Palmas, situado no bairro-favela do Conjunto Palmeiras, na periferia de Fortaleza (CE).

A influência das referidas organizações no território em que estão inseridas possibilitou a emergência, a mobilização e a participação continuada de diferentes atores locais, visando à melhoria das condições de vida e de trabalho a partir das ações articuladas em projetos de sociabilidade produtiva, onde homens e mulheres articulam-se pela luta não somente da sobrevivência, mas, sobretudo da cidadania.

O que fica destes relatos é o exemplo do exercício ativo de cidadania, apropriando-se, produzindo e reproduzindo os fluxos do lugar, a partir das relações de cooperação territorializadas, articulando projetos que convergem para a valorização do desenvolvimento humano. É o saber que a responsabilidade de manter um mundo mais harmônico, com mais equidade, também pode e deve ser uma responsabilidade dos atores sociais que compõem o território. E que isto se dê a partir de ações territorializadas, fundadas em uma tessitura comum e na consciência de que podem e de que devem atuar como agentes de transformação na construção do desenvolvimento local.

A TS implica um modo próprio de pensar e agir que leva em conta valores. Assim, é preciso haver constantes reflexões sobre os projetos de desenvolvimento majoritários na sociedade até agora. Com isto se poderá, então, continuar a se buscar desenvolvimento local participativo como forma de desenvolvimento mais qualificado, democrático e humano.

## Referências

- ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H. (Orgs.) **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: Ibict/MCT, 1999.
- AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 26, n.3, jul./set., 1995.
- ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE VALENTE - APAEB. **Uma caminhada de luta e resistência**. Valente: Apaeb, 2000.
- \_\_\_\_\_. Apaeb - Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p.111-119, jun., 2002.
- BAUDOWIN, T; COLLIN, M. O território do comum na mobilização produtiva dos atores da cidade. In: SILVA, G.; COCCO, G. (Orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: SEBRAE, 2006.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da economia solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE/SENAES, 2006.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação, economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1.
- FILIPPIM, E. S.; ROSSETTO, C. R. Desenvolvimento regional: a perspectiva dos Gestores. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: CIAGS, 2006.

- HUIZINGA, J. **Homo ludens**. O jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO - IPDC. **Taxas de endividamento do consumidor de Fortaleza**. Fortaleza: IPDC/FECOMERCIO, 2006.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL - ITS (Org.). **Conhecimento e cidadania 1: tecnologia social**. Guarulhos: Publisher, 2007.
- MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.
- MELO NETO, J. J.; MAGALHÃES, S. (Orgs.) **Bairros pobres - ricas soluções**: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Lamparina, 2003.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Banco comunitário e cooperativa de crédito: uma relação necessária para potencializar as finanças da periferia**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.
- MILANI, C. R. S.; CUNHA, S. O papel da cultura no desenvolvimento local: a experiência da Rede Pintadas (Bahia). In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA - ENECULT, 1, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2005.
- OLIVEIRA, M. A. **Ética e racionalidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- PELIANO, A. M. T. M. (Coord.). **O mapa da fome II: informações sobre a indigência por municípios da Federação**. Brasília: IPEA, 1993.
- REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Banco comunitário: serviços solidários em rede**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Memória das reuniões da rede na I Mostra de Cultura e Economia Solidária**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, mai. 2006. 2006b.
- RIZOTTI, M. L.; NISHIMURA, S. R. A. Gestão social e desenvolvimento territorial: a experiência da cidade de Londrina - PR. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: CIAGS, 2006.
- SACHS, I. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, v.12, n.33, p.151-165, abr./jun., 2005.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA JÚNIOR, J.T. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da Asmoconp/Banco Palmas, 2004**. 99 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- \_\_\_\_\_; FRANÇA FILHO, G. C. Une dynamique associative emblematicque au nord-est brésilien. In: LAVILLE, J.-L. et al. (Orgs.) **Action publique et économie solidaire**. Paris: Edition-Ères, 2005.
- \_\_\_\_\_; FRANÇA FILHO, G. C. Fato associativo e economia solidária: a experiência do Banco Palmas no Ceará. COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 9, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: CIAGS, 2003.
- SILVEIRA, C. M. Desenvolvimento local: uma hipótese política. In: SILVA, G.; COCCO, G. (Orgs.) **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: SEBRAE, 2006.
- VECCHIATTI, K. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.3, p.90-95, 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-8392004000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-8392004000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 10 de julho de 2006.

---

#### Notas:

<sup>i</sup> O sisal (*Agave sisalana* Perr.), é uma planta originária do México. Sua difusão pelo Brasil ocorreu aproximadamente na década de 1920, inicialmente no estado da Paraíba e somente no final da década de 1930 foi difundido pela Bahia. Atualmente o Brasil é o maior produtor de sisal do mundo e a Bahia é responsável por 80% da produção da fibra nacional. Do sisal, utiliza-se principalmente a fibra das folhas que, após o beneficiamento, é destinada majoritariamente à indústria de cordoaria (cordas, cordéis, tapetes etc). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sisal>, acesso em 01 jun. 2007.

---

<sup>ii</sup> De 1997 - quando se iniciou a discussão em torno do projeto alternativo de geração de ocupação e de renda para a comunidade do Conjunto Palmeiras - até 2000, a equipe de coordenação do Banco Palmas não havia tomado conhecimento dos construtos da Economia Solidária. Somente em meados de 2000, no I Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, em Mendes (RJ), é que os técnicos e a equipe de gestão da Asmoconp/Banco Palmas teve o primeiro contato com as categorias da Economia Solidária.